

O ano de 2019 inicia com a renovação de uma nova legislatura nos Poderes Legislativo e Executivo Nacionais. Este cenário nos colocou a restabelecer parcerias com o Congresso Nacional, considerando que nossos principais interlocutores na Câmara dos Deputados e no Senado já figuram como nossos representantes naquelas casas.

Do início dessa gestão do Forpibid-RP até o período da posse de novos deputados e senadores, avaliamos o cenário nacional na questão da formação de professores e dada as propostas em andamento, como a Base Nacional da Formação, até o início de fevereiro em tramitação no Conselho Nacional de Educação, e as notícias veiculadas, consideramos que há e haverá muito a defender nesse âmbito.

Antes, porém, nos últimos dias de 2018, apresentamos a composição da nova Diretoria do Forpibid-RP à Presidência da CAPES, bem como enviamos a carta de Fortaleza, com as considerações dos participantes do VII ENALIC realizado em dezembro último, no Ceará. Manifestamos descontentamento e preocupação com a gestão do programa Residência Pedagógica, pelos comunicados oficiais com tom ameaçador, denunciando, ainda, a dificuldade em consolidar o programa nas IES, dada a exigência da devolução de bolsas por estudantes concluintes, por exemplo. Solicitamos revisão e reaproximação com as coordenações institucionais do RP, por meio da realização de webconferências.

Retomada as atividades no Congresso Nacional, avaliamos que era chegada a hora de ir à Brasília, dialogar com parlamentares. Toda uma rede de articulação anterior à visita foi estabelecida, representantes do Forpibid-RP e das entidades parceiras (Forparfor, Anfope e Forumdir) atuaram para realizar agendamentos com Deputados Federais, Senadores da República e seus assessores. A força-tarefa deu-se entre os dias 18 e 20 de fevereiro de 2019 e trouxe excelentes parcerias, aproximações e reaproximações, trabalho que necessitará de investimentos para sua efetiva consolidação.

Em suma, o PL 5180/2016, por não ter avançado na sua primeira comissão foi arquivado. A Frente Parlamentar Mista necessitará de nova mobilização, pois a cada legislatura necessita de recomposição de membros signatários. Levamos como demandas urgentes a instalação de uma nova frente parlamentar que envolvesse a defesa da formação de professores e seus programas de fomento, a manutenção de bolsistas em período de licença maternidade e a revogação da exigência da devolução das bolsas de residentes que concluem as 440h e das medidas de interferência na autonomia universitária (equiparação de estágio/ACC-PCC).

Foi momento de reafirmar parcerias com parlamentares como o Deputado Waldenor Pereira (PT-BA), bem como iniciamos diálogos com Zeca Dirceu (PT-PR), Perpétua Almeida (PCdoB-AC),

Natália Bonavides (PT-RN), Ivan Valente e Sâmia Bonfim (ambos do PSol-SP), dentre muitos outros. Porém, várias dessas reuniões não puderam se efetivar dada a agenda conturbada naquela semana (entrega do Pacote anticrime e anticorrupção e a Reforma da Previdência). No Senado, Jean-Paul Prates (PT-RN), dando continuidade ao mandato iniciado pela ex-Senadora Fátima Bezerra, destacou sua integral adesão às bandeiras assumidas anteriormente. Nesse primeiro momento, destacamos a atuação da Deputada Margarida Salomão (PT-MG), quem sensibilizou-se a solicitar audiência com a Presidência da CAPES para tratar das questões postas pelo Forpibid-RP.

Cabe destacar que, por ocasião da nossa ida à Brasília, enviamos ofício solicitando audiência com a DEB/CAPES e por orientação do Sr. Lenuzza, o pedido foi indeferido, pois aquela instituição, segundo o Diretor, só dialogava com entidades representativas ou diretamente com as IES, fechando, lamentavelmente, o diálogo conosco. Avaliamos como um despropositado retrocesso, tal qual feito ao Forparfor em 2018, ilustrando o cenário de enfrentamentos a serem travados por estes coletivos.

Em 26 de fevereiro, retornamos a Brasília, pois a Presidência da CAPES acatou o pedido de audiência e nós acompanhamos a Deputada Margarida Salomão na ocasião, momento marcado pela reabertura de diálogo com o Forpibid-RP. Apresentamos, por orientação da Deputada, questões mais urgentes como a questão da devolução das bolsas por residentes que deixam o programa antes da conclusão das horas previstas e a necessária aproximação da gestão dos Programas na CAPES e os CI nas IES.

O Presidente foi muito sensível e reconheceu a dificuldade em realizar a devolução, porém, pela ponderação de sua equipe técnica alegando impedimentos editais, ficou acertado realizar levantamento dos dados de devolução de bolsas para avaliação do tamanho do problema apontado. Assim, pedimos a colaboração de todas as coordenações do Residência Pedagógica que passaram por situação de desligamento com devolução de bolsas, o envio das informações através do formulário do google forms: <https://goo.gl/forms/pkQlXS6EHDZ5R5X2>. A informação deve ser preenchida até o dia **15/03**, dada a urgência da questão.

Outro ponto crucial foi a questão da comunicação da CAPES com os CIs, um reclamo frequente por representantes do Pibid e RP, situação provavelmente resultante do volume de pedidos e pela expressiva renovação de coordenadores, ainda familiarizando-se com a gestão dos programas. Embora reconhecido o esforço de atendimento aos CI, como apresentado pela equipe técnica, o Presidente da CAPES passou a considerar a realização de seminários de avaliação com a presença de coordenadores dos Programas, evento semelhante ao realizado regularmente com os CI do PIBID e que teve sua última versão em 2013. A proposta em análise é que o evento ocorra no final de julho /início de agosto de 2019, como avaliação de meio de processo. Consideramos uma importante conquista! Vamos nos empenhar na efetivação desse momento.

No geral, o Presidente mencionou várias vezes a importância da aproximação da DEB com o Forpibid-RP, mostrou-se aberto ao diálogo e acolheu as demandas apresentadas, ora acatando, ora apresentando seu limites, sem, contudo, fechar a possibilidade de revisão. Garantiu que nas novas edições do Residência, a medida de devolução deverá ser pauta de análise, dando a entender continuidade dos programas. A impressão que fica é muito positiva.

A situação da licença maternidade não foi colocada por requerer, segundo os assessores da Deputada Margarida Salomão, uma análise mais aprofundada com amparo na legislação apresentada, destinada às bolsas de fomento de pesquisa. Não só a referida Deputada, como outras parlamentares apresentaram interesse nessa questão sendo um recuo estratégico, em breve teremos mais elementos com a convicção que avançaremos nessa situação também.

Ao que tudo se apresenta, avançamos! Temos que investir em intensa mobilização para que os acertos se efetivem! É necessário apoio de todos nas mobilizações vindouras: o reestabelecimento da frente parlamentar (possivelmente, em prol da formação de professores para agregar outros coletivos), bem como as articulações com parlamentares e outras entidades. Nesse aspecto, a recomposição do fundo de mobilização é de suma importância! Esse instrumento de luta é o que nos garante autonomia e presença a qualquer momento e em qualquer lugar buscando os avanços que consideramos necessários. Só foi possível ir à reunião com a Presidência da CAPES, mesmo tendo recebido a confirmação às 20h do dia 25 de fevereiro, graças ao recurso que possuíamos. Reforçamos o pedido para coordenadores institucionais e de área que auxiliem o Forpibid-RP nessa recomposição do fundo de mobilização. Aos que já realizaram sua doação, nossos agradecimentos!

Sem dúvida uma retomada de atividades movimentada, um prenúncio do que temos pela frente! Vamos juntos na defesa pela formação de professores!

- **Fundo de Mobilização**
 - **Cristiane Antonia Hauschild**
 - **CPF: 759.560.800-78**
 - **Banco do Brasil**
 - **Ag. 0430-8**
 - **Conta Poupança 22.763-3**